

## FAT prevê R\$ 54 bi do BNDES para equilibrar contas

Por Edna Simão

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) conta com a devolução de R\$ 54 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2019 e 2021, para fechar as contas no equilíbrio, segundo boletim de informações financeiras do FAT referente ao último bimestre de 2018. Nos últimos anos, o Tesouro cobriu boa parte do rombo para viabilizar o pagamento de seguro-desemprego e abono salarial sem que tivesse que solicitar ao BNDES a devolução de recursos ou reduzir patrimônio do fundo. Somente de 2013 a 2017, a União injetou no fundo R\$ 52,4 bilhões. Com a restrição fiscal, o governo interrompeu os aportes.

### Déficits crescentes

FAT conta com devolução de recurso do BNDES para cobrir rombo

Principais receitas	2018	2019	2020	2021
Arrecadação da contribuição PIS/PASEP	64,538	68,107	72,53	77,144
Dedução da DRU	-19,361	-20,432	-21,759	-23,143
Receitas de remuneração	18,467	17,874	17,632	17,368
<b>Total de receitas</b>	<b>64,426</b>	<b>66,034</b>	<b>68,928</b>	<b>71,986</b>
Principais despesas				
Seguro-desemprego	36,288	39,782	42,522	46,036
Abono Salarial	17,338	19,501	20,876	22,473
<b>Total de despesas</b>	<b>54,169</b>	<b>59,833</b>	<b>64,89</b>	<b>70,047</b>
Empréstimos ao BNDES	18,055	19,07	20,308	21,6
Resultado nominal	-7,797	-12,868	-16,27	19,661
Retornos FAT Constitucional	0	12	19	23

Fonte: Boletim de Informações Financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Em 2017, o FAT registrou superávit nominal de R\$ 1,1 bilhão em 2017 graças a uma ajuda financeira de R\$ 13,8 bilhões do Tesouro. No ano passado, no entanto, o FAT encerrou o ano passado com um rombo de R\$ 7,8 bilhões. No ano passado, o repasse da União ao fundo foi de apenas R\$ 145,2 milhões. Entre este ano e 2021, a previsão do FAT é de que o déficit seja crescente. O resultado nominal é a diferença entre todas as receitas do fundo e as obrigações. Para 2019, o rombo estimado é de R\$ 12,9 bilhões, saltando para R\$ 16,3 bilhões em 2020 e R\$ 19,7 bilhões em 2021. Para cobrir o resultado negativo, segundo o boletim, o BNDES deverá devolver ao fundo R\$ 12 bilhões neste ano, R\$ 19 bilhões no ano que vem e R\$ 23 bilhões em 2021. Segundo técnico da equipe econômica, apesar da devolução de recursos do BNDES estar prevista no balanço financeiro, ainda estão em andamento as negociações internas para que a operação seja efetiva. O 1

# INFORME

BNDES, que já deve ressarcir o Tesouro em R\$ 126 bilhões neste ano, está resistente em fazer o repasse também para o fundo do trabalhador. A Advocacia-Geral da União (AGU) está arbitrando a matéria e, assim que houver um acordo o conselho deliberativo do FAT, deve aprovar uma regulamentação com as regras para que seja feito o retorno de recursos para o cofre do fundo. Procurado, o BNDES optou por não comentar.

Enquanto esse imbróglio não é resolvido, o BNDES ganha tempo, segundo técnico da equipe econômica. Se a reforma da Previdência for aprovada, a necessidade financeira do FAT será reduzida. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma prevê o fim da chamada Desvinculação da Receita da União (DRU) da seguridade social e redução de 40% para 28% das receitas do PIS/Pasep destinadas ao BNDES. Além disso, limita o abono salarial para trabalhadores que recebem até um salário mínimo. Hoje, o benefício é pago para quem ganha até dois salários mínimos.

Somente em 2018, a dedução da DRU, por exemplo, reduziu a receita do FAT em R\$ 19,4 bilhões. E, sem a reforma, esse valor saltaria para R\$ 23,1 bilhões em 2021. No caso das despesas com o abono salarial, que devem saltar de R\$ 17,3 bilhões para R\$ 22,5 bilhões entre 2019 e 2021, segundo estimativas que constam do balanço financeiro do FAT, poderão ser reduzidas consideravelmente se a restrição ao benefício for aprovada. A limitação do abono salarial a um salário mínimo deve enfrentar forte resistência para ser aprovada na Comissão Especial da Câmara que trata da reforma da Previdência. Primeiro porque o assunto não está relacionado a aposentadoria. Além disso, na avaliação principalmente da oposição, prejudica o mais pobre. Somente com a mudança no abono salarial, o governo espera economizar R\$ 169,4 bilhões em dez anos.

Se nenhuma mudança for implementada, o FAT precisará de repasses do Tesouro ou reduzir patrimônio em R\$ 13,2 bilhões em 2019; R\$ 17,6 bilhões em 2020 e R\$ 22,1 bilhões em 2021 para fechar suas contas no equilíbrio. Conforme reportagem de ontem do Valor, o FAT está passando por uma revisão para ajudar na estratégia do governo de redução do déficit nominal do setor público.

## Desemprego seguiu em alta em março, estimam analistas

*Por Thais Carranço*

Ainda sob efeito da demissão dos trabalhadores temporários contratados para atender às demandas das festas de fim de ano, o desemprego deve subir novamente no trimestre encerrado em março. A média das estimativas de 25 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data aponta para uma taxa de desemprego de 12,8% no primeiro trimestre, acima dos 12,4% de fevereiro e dos 11,6% do quarto trimestre de 2018. No primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desemprego estava em 13,1%.

2

# INFORME

As projeções variam de 12,5% a 13%. Se confirmada a média das estimativas, esta será a taxa mais alta desde abril do ano passado, quando o desemprego estava em 12,9%. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua será divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Existe uma sazonalidade no mês de março. Normalmente, o trimestre móvel encerrado neste mês acusa a maior taxa de desemprego do ano", diz Christian Thorgaard, analista econômico da Parallaxis. Segundo ele, esse movimento reflete as demissões dos trabalhadores temporários contratados para o período de festas e para o Carnaval.

A consultoria projeta a taxa de desemprego em 12,6% no trimestre encerrado em março. Mas o analista explica que a projeção menor do que as de seus pares não é fruto de nenhum otimismo com relação ao mercado de trabalho. "O desalento em fevereiro atingiu o maior valor da série histórica e esperamos que essa tendência se repita em março, devido à evolução bastante frustrante da atividade no primeiro trimestre", afirma, projetando queda de 0,1% para o Produto Interno Bruto (PIB) no período.

Em fevereiro, os desalentados - pessoas que desistiram de procurar emprego - somavam 4,9 milhões, uma alta de 6% em relação a igual período do ano anterior e recorde da série histórica. A taxa de desemprego é calculada como uma proporção das pessoas desocupadas em relação à força de trabalho total - soma de pessoas que estão trabalhando e aquelas em busca de emprego. Como os desalentados deixaram de procurar trabalho, eles não são considerados desempregados e não entram na conta da força de trabalho, o que reduz a base sobre a qual é calculada a taxa de desemprego e facilita ela ser mais baixa.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) projeta taxa de desemprego de 12,9% para o primeiro trimestre, 0,2 ponto percentual abaixo da registrada um ano antes e relativamente estável em relação ao trimestre anterior na série dessazonalizada. Com relação à população ocupada, o instituto espera alta interanual de 1,2%, enquanto a renda habitual real de todos os trabalhos é projetada para chegar a R\$ 2.280, um crescimento de 0,6% em relação ao primeiro trimestre de 2018. Com isso, a massa de rendimentos do trabalho deve crescer em torno de 1,8%.

Na semana passada, o Ministério da Economia informou que foram fechadas 43,2 mil vagas formais em março, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Surpreendidos pelo resultado, analistas atribuíram o fraco desempenho à mudança de data do Carnaval e à deterioração das expectativas dos empresários em relação ao desempenho da atividade no ano.

(Fonte: Valor Econômico – 30/04/2019)



## Município busca apoio privado para diminuir o desemprego

*A prefeitura permitirá que empresas participem das estratégias da cidade em qualificação de mão de obra e em estímulos a algumas atividades econômicas*

### **REBECCA EMY • SÃO PAULO**

A prefeitura de São Paulo está buscando o apoio da iniciativa privada para diminuir a fila de desempregados no município. A intenção da máquina pública é verificar quais são os postos de trabalho não ocupados por falta de mão de obra e, a partir disso, montar um plano de qualificação dos cidadãos para preencher essas vagas.

Ontem (29), a prefeitura lançou um melhoramento do Programa Operação Trabalho (POT), que passa a chamar Frentes de Trabalho e concede oportunidades de emprego a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Agora, além da pretensão de aumentar as 1.300 vagas em limpeza e manutenção urbana para quatro mil, a gestão vai dar oportunidade para que a iniciativa privada participe das estratégias e execução do programa.

O município estima ter cerca de 1,3 milhão de desempregados. Segundo a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo, Aline Cardoso, a geração de empregos na capital não está sendo tão rápida quanto a prefeitura esperava.

Por isso, a gestão está buscando formas de desburocratizar e de melhorar o ambiente de negócios paulista.

Nesse sentido, para ser mais assertiva no fomento da geração de empregos, a prefeitura vai qualificar os cidadãos conforme a demanda do mercado, o que envolve a participação das companhias.

“Também é atrativo para as empresas trabalharem com a prefeitura porque, assim, elas podem alcançar as regiões mais vulneráveis da cidade”, afirma.

Além disso, a gestão municipal enviou um Projeto de Lei à Câmara para a criação do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (Fmter).

# INFORME

O fundo vai utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e tem como objetivo a manutenção, modernização e gestão dos atendimentos realizados pelo Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) e fomentar outras fontes de renda, como o empreendedorismo.

De acordo com a secretária, a prefeitura também estuda incluir recursos internacionais ao fundo.

A projeção, segundo ela, é que o PL seja aprovado pela Câmara em dois meses no máximo.

Além dos aportes do Fmter, as ações voltadas ao fomento do emprego vão continuar recebendo investimentos públicos.

“Nós [Secretaria de Desenvolvimento Econômico] temos cerca de R\$ 80 milhões investidos em ações de apoio ao trabalhador e ao empreendedor.

Muitos desses recursos são para qualificação profissional. Além disso, a Secretaria de Assistência Social tem R\$ 90 milhões em investimentos para qualificação”, diz.

Outra estratégia adotada pela prefeitura foi a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo.

A iniciativa, que também envolve a criação de um conselho com membros da administração pública e do setor privado, seria para dar suporte às políticas de fomento a competitividade do município.

Segundo a secretária, a intenção é que o plano vigore de 2020 até 2030. Ela explica que a ideia é identificar quais são os setores e atividades econômicas que, ao serem estimulados, vão gerar mais empregos.

“Nós precisamos apoiar os setores com mais condições para gerarem postos de trabalho no município.

Só o setor de tecnologia, por exemplo, prometeu que neste ano vai gerar 400 mil novos empregos no Brasil, metade só em São Paulo”, afirma Aline.

(Fonte: DCI – 30/04/2019)